

O FILÓSOFO E AS LUTAS

Homero Santiago¹**Resumo**

Partindo dos trabalhos de Antonio Negri, desejamos propor algumas considerações sobre o lugar das lutas hodiernas e o modo como a reflexão filosófica, ao tomá-las por objeto, é capaz de renovar a sua compreensão.

Palavras-chave: Antonio Negri; lutas; teoria e prática.

“Descobrimos novamente que são as lutas, dentro e contra o comando capitalista, que fazem a história” (Negri, 2003, p.52). Nessas palavras do filósofo italiano Antonio Negri está uma síntese perfeita de um dos aspectos mais notáveis das obras que há algum tempo ele vem publicando com Michael Hardt, especialmente *Império*, de 2000: o resgate da política, em sentido amplo, forte, substantivo, e do lugar determinante das lutas não somente na transformação como na própria constituição do social.

Contra certo consenso fatalista que começou a firmar-se nos anos 80 e disseminou-se como praga, indo do nunca ausente grupo dos desconsolados que imaginam que as coisas são assim mesmo, passando pela versão interesseira daqueles para quem o mundo vai bem como está (e que por isso podem, sempre acusando todos de não ver as mudanças, permitir-se não mudar nada), até as versões sofisticadas do fado, hipersensíveis ao tema da unidimensionalidade do processo do capital, quer as mais honestas de matriz frankfurtiana, quer as mais festivas e despudoradas dos que veem só a liquidificação e a evanescência de tudo. Contra esse correntio, dizíamos, *Império* pode gabar-se de uma deliberada intempestividade que talvez seja a contribuição maior da obra – bem como da trilogia que a obra inaugura e a que pertencem ainda *Multidão* e *Commonwealth* – para o debate contemporâneo. Redescobre-se a política como terreno determinante da vida social, a partir da qual as pequenas e também as grandes mudanças podem dar-se, terreno de antagonismo em que nos batemos com nossos inimigos e podemos construir algo novo; ressalta-se a prioridade das lutas nesse processo, do antagonismo entre poder e contrapoder. E isso num panorama de inéditas alternativas. Em *Império* encontramos uma ampla releitura da modernidade, especialmente do século XX, que dá lugar a uma decidida aposta de seus autores na reabertura da temporada de grandes transformações sociais, para as quais devemos nos armar com um novo e ambicioso projeto de democracia radical; extrema confiança (ou “demasiado otimismo”, como prefeririam alguns) que se revela em afirmações como a de que “a transição

O FILÓSOFO E AS LUTAS

para o Império e seus processos de globalização oferece novas possibilidades para as forças de libertação” (Hardt e Negri, 2005a, p.15). Com efeito, na visão de Hardt e Negri, foi justamente a extensão do capital e de seu comando para todo o globo que nos conduziu a uma situação inédita que torna possível mais uma vez falar não só em resistência e rebelião como ainda em comunismo e revolução.

Ora, surgindo no contexto em que surge, portanto extemporaneamente, era natural que esse renovado equacionamento ou traçado de nossa condição atual, já por sua audaz contraposição a ideias erigidas em dogma, se apresentasse como extremamente polêmico. O que garante, por exemplo, que não estejamos diante de um belo edifício conceitual que, florescendo sem referentes reais, pouco ou nada resistiria ao teste decisivo dos fatos? Trata-se de uma interrogação pertinente e que toca o coração mesmo do ambicioso projeto de Hardt e Negri, ao trazer à baila a questão do estatuto de suas análises, tanto no seu aspecto teórico quanto em suas ligações com o que podemos genericamente designar, na falta de termo melhor, a prática. É um problema que passa em boa medida pelas relações que os trabalhos desses autores estabelece com a filosofia e sua capacidade de produzir, para bem ou para mal, uma grande narrativa.

De fato, com que direitos se pode conferir prioridade ao antagonismo a ponto de afirmar que são as lutas contra o capitalismo que determinam até mesmo o desenvolvimento do capitalismo? Só uma questão de princípios o permite. Trata-se de uma tese que não se dá aos olhos de ninguém, não se revela nas lâminas do microscópio nem nas tábuas estatísticas; depende de uma visada analítica capaz de considerar a totalidade da dinâmica social, e por conseqüência o não-empírico, e que não se envergonha de propor uma grande leitura da modernidade e do presente. Embora não seja o caso de defender a exclusividade desse tipo de operação à filosofia; cumpre reconhecer que, na mencionada trilogia, é sem dúvida o ponto de vista filosófico que se presta à operação. Não é difícil comprová-lo. Império é um livro fortemente interdisciplinar, mas seu modelo de abordagem, que permite conjuntar elementos de início díspares provindos de inúmeros setores do conhecimento, são trabalhos de marcado teor filosófico, a saber, O Capital de Marx e Mil platôs de Gilles Deleuze e Félix Guattari (Hardt e Negri, 2005a, p.16); seguindo procedimento semelhante, Multidão sem titubear classifica-se como “um livro de filosofia” (Hardt e Negri, 2005b, p.16); Commonwealth, por fim, apresenta-se como um grande “projeto ético”, calcado no amor e na pobreza

O FILÓSOFO E AS LUTAS

(ontologicamente lidos) que devem entroncar com a “ação política” (Hardt e Negri, 2009, p.XII-XIII). Nisso, cumpre sublinhar, não vai nenhum pecado de origem a comprometer todo o edifício que se ergue. Longe disso. Bastará recordar a exigência maquiaveliana de retorno às origens (Maquiavel, 2007, p.305 e seg.) ou algumas páginas de Marx sobre o método (Marx, 1983, posfácio da segunda edição) para estarmos certos de que a consideração de princípios não condena ninguém ao idealismo nem à elaboração de castelos de areia. Igualmente, vale salientar que a recusa do empírico e do imediatamente dado constituiu um dos passos metódicos cruciais do operarismo italiano (matriz teórica do pensamento de Hardt e, sobretudo, de Negri), possibilitando-lhe produzir uma viravolta nas diretrizes que norteavam a análise do capitalismo da década de 60, e com ganhos notáveis.²

Em suma, mobilizar uma perspectiva filosófica para arejar a análise do presente e de suas potencialidades não é defeito que condene em definitivo uma análise. Só que tampouco é garantia de verdade. Inovar não quer dizer estar correto. Por isso a dúvida acima lançada persiste e merece ser levada a sério. Poderíamos repô-la mais ou menos assim: mediante o reajuste dos princípios de sua análise, Negri, em parceria ou não com Hardt, cria os fatos que quer ver (como

pensam não poucos críticos) ou, pelo contrário, logra ver o que, dado embora, não era enxergado por ninguém ou só por muito poucos?³ É uma questão que não admite resposta simples, pois seria a completude do projeto em foco, desde seus fundamentos, que teríamos de considerar. Não nos parece impossível, entretanto, lançar mão de um expediente que talvez possa ao menos tornar mais palatáveis, por assim dizer, certos desdobramentos teóricos de Hardt e Negri: deslocar-nos, se não à prática, pelo menos ao ponto difícil, escorregadio, em que teoria e prática devem entroncar-se. Eis nossa intenção. Desejamos propor algumas reflexões sobre o lugar das lutas hodiernas – suas possibilidades, seus agentes, suas formas, seus objetivos – privilegiando textos negrianos que classificaríamos como “de intervenção”, ou seja, voltados a análises precisas de eventos e lutas, e em que a teoria, especialmente a de Império, tem de medir-se com os fatos políticos.⁴

* * *

Luta-se ainda? Em Império, Hardt e Negri respondem positivamente, com ênfase, e muitas páginas dedicam a justificar o ponto de vista. E de uma maneira que não deixa de provocar certo espanto no leitor. Pois, como adiantado, segundo a análise dos autores é exato

O FILÓSOFO E AS LUTAS

porque o Império ergue-se diante de nós, porque o capital e a exploração generalizaram-se a ponto de desconhecemos hoje um fora, justo por isso é que se pode responder afirmativamente quanto à possibilidade das lutas de resistência e, não menos, ao seu potencial de construção de algo novo. O aduzido espanto encontraria sua causa precisamente nessa curiosa injunção que viravolteia a perspectiva mais ordinária identificando o alastrar-se do capital como determinante de maiores possibilidades de luta contra o próprio capital. Pura prestidigitação teórica? Nem tanto, se soubermos enxergar o que subjaz, de maneira mais geral, a argumentação, em especial um pressuposto que atravessa os textos de Negri e de Hardt e afirma a naturalidade da resistência, da luta movida pela liberdade.

“A vontade de se opor não parece precisar de explicação”, ajuiza-se em Império, na medida em que é algo como que natural. Se não o percebemos com clareza isso se deve a uma ênfase contumaz da reflexão política que afirma que o problema não seria tanto saber “por que o povo se rebela mas por que não o faz” (Hardt e Negri, 2005a, p.230). Ecos desse tipo de raciocínio, integrante de “uma longa tradição”, estariam presentes até mesmo em análises nada convencionais. A sua melhor formulação, de fato, Império a extrai do Anti-Édipo de

Deleuze e Guattari, quando estes enunciam que “o problema fundamental de filosofia política é ainda exatamente aquele que Espinosa viu com tamanha clareza (e que Wilhelm Reich redescobriu): “Por que os homens lutam obstinadamente por sua servidão, como se ela os fosse salvar?” (Hardt e Negri, 2005a, p.230-231; cf. Deleuze e Guattari, 2010, p.46). Ora, no desenrolar de sua argumentação, e sempre tendo em vista uma renovação da perspectiva de luta, Negri e Hardt vão determinar outra prioridade, outra questão fundamental para a reflexão política, e logo tornaremos a isso. Por enquanto, apenas insistamos no alegado pressuposto da naturalidade, quase inevitabilidade da resistência em resposta à exploração e ao domínio. Para conferir-se razoabilidade ao ponto de vista, duas séries de argumentos precisam ser mobilizados.

Primeiramente, afastemos a ideia de um poder ou comando de tal forma potente, onipotente até, que fosse capaz de obstruir toda e qualquer resistência, de dar cabo completamente do antagonismo. Um comando desse tipo é impossível porque simplesmente não comandaria, seria incapaz de exercer o controle. É o que nos ensina a própria noção de comando, que guarda sempre uma boa dose de ambivalência. Só pode haver de fato controle se houver, em contrapartida, uma liberdade a ser controlada; uma “vontade

O FILÓSOFO E AS LUTAS

de ser contra”, uma “desobediência à autoridade” que são naturais e que não por outra razão incluem-se sob o conceito de comando. Não houvesse manifestação de uma irreduzível liberdade, não haveria por que comandar, por que controlar. Por conseguinte, a existência mesma do controle (e não se duvida dessa existência) seria prova contundente da presença ostensiva da luta contra o sistema. Utilizando uma fórmula que resume bem o vínculo lógico da implicação, pode-se dizer que “onde há repressão há resistência” (Negri, 2006b, p.194).

Qual porém o estatuto dessa “resistência”? À primeira vista, não passa de mera possibilidade, uma espécie de pressuposto lógico da análise. Dada a exploração e o comando generalizados, argumenta Negri, a “totalidade explorada” poria em ação sua “liberdade intransitiva, irreduzível ao controle”, e resistiria (Negri, 2008, p.220). Mas como se dá, ou ao menos é efetivamente possível, a passagem à ação? Como se pode movimentar essa liberdade? Eis que para pensar tal resistência concretamente, isto é, posta em ação, temos de acrescentar uma segunda consideração, que permita conceber as determinações materiais desse movimento. Aquilo que muitos insistem em qualificar como incorrigível “otimismo” da parte de Negri parece-nos ser a certeza de que tal liberdade irreduzível, quando posta sob

certas condições, tende a acompanhar-se de uma consciência (veremos que num sentido não intelectualista) que a faz despertar para a luta. Noutros termos, o alegado “otimismo”, acreditamos, consiste na certeza negriana de que a resistência e a luta podem dar-se desde que a exploração seja acompanhada da, vivência e consciência dessa exploração. Tudo depende de certa vivência; e por isso a questão é saber qual vivência específica, hoje, permite apostar na passagem à resistência ativa. A tal respeito, o fundamental é ter em conta que a exploração generalizada (“uma nova qualidade da exploração”, como diz Negri, 2006b, p.148) é vivenciada hoje pela multidão especialmente sob a forma daquilo que se denomina a precariedade, mais e mais disseminada no mundo do trabalho. Uma vivência, “a experiência singular da precariedade” (Negri, 2006b, p.196), que revela uma dualidade decisiva quando pensada em todas as suas consequências possíveis.

O quadro da precariedade e seu alastramento do mundo do trabalho para a inteireza da sociedade vem sendo objeto de vários estudos e, ao menos no que nos concerne, dispensa maiores detalhamentos.⁵ O tempo e o espaço são flexibilizados, trabalha-se a qualquer hora, em qualquer lugar, em qualquer função, por qualquer salário; isso quando não se

O FILÓSOFO E AS LUTAS

está desempregado. A precariedade determina a experiência da incerteza (conseguirei trabalhar? quando? onde? no quê? por quanto?) e da inteira disponibilidade (qualquer coisa serve, em qualquer horário, em qualquer função) acompanhadas da convicção de que a própria capacidade é controlada e impedida de florescer livremente. Em suma, trata-se da experiência de uma vida frustrada e disponível aos caprichos da exploração. O resultado mais certo, sobretudo quando tudo isso é concomitante ao desmonte da segurança social, é a produção do medo no mais íntimo de cada trabalhador (situação que só se agrava se pensarmos na figura do imigrante); a precariedade produz, porque dela necessita, uma mão de obra “atemorizada” (Negri, 2006a, p.84). E naturalmente, desde que as condições do trabalho precário generalizaram-se, desde que “a sociedade inteira foi posta a trabalhar” (Negri, 2006b, p.195), os seus efeitos se fazem sentir por todo o espectro social.

O que interessa salientar desse quadro, por terrível que seja, é a sua ambivalência. Pois a generalização dos poderes da capital sempre produziria, também, a possibilidade da vivência inequívoca da contradição determinada pela distância “entre a tendência da força e da liberdade intelectuais a exprimir-se e a atualidade das relações de produção”

(Negri, 2006b, p.196). A precarização resulta especialmente do movimento determinado pela disseminação do modo de trabalho intelectual, imaterial ou cognitivo para a totalidade do mundo do trabalho; “o trabalho intelectual existe agora como matéria que atravessa todo o trabalho” (Negri, 2006b, p.195). Quer dizer, o trabalho do precário é pautado pela criatividade, pela expressão de sua singularidade, mas contraditoriamente não pode liberar-se, intensificar-se. A ambivalência posta na precariedade, essa nova organização da força de trabalho posta fora dos limites da fábrica, deriva de que seja ela, ao mesmo tempo, fruto do desejo do trabalhador fordista de liberar-se das disciplinas⁶ e meio de controle para o capital. O precário é livre e submetido. E é precisamente posto nessa situação que ele revela algo que o excede: “potência biopolítica em excesso sobre a capacidade de controle” (Negri, 2008, p.16), “liberdade irreduzível” que se pode pôr em ação.

Entretanto, avalia Negri, tal trabalhador não é consciente de sua força, só das ameaças que pesam sobre ela. O precário sofre (muito) e geralmente tem consciência dessa sua condição; tem consciência de sofrer. O sofrimento, nessas circunstâncias, pode surgir como uma espécie de consciência da exploração; superficial, porque sentida na pele, mas

O FILÓSOFO E AS LUTAS

que pode vir a ser produtiva, conduzindo a algo mais, à resistência. Conforme Negri, “a ambivalência sofre” (Negri, 2008, p.16), a ambivalência precária, e isso já seria prova justamente de que se apresenta uma ambivalência e portanto não estamos diante de um processo unilateral – com efeito, “sofremos a exploração, a alienação e o comando, como nossos inimigos” (Hardt e Negri, 2005a, p.231). A “carne do trabalho intelectual”, que desejou libertar-se do fordismo e para isso tanto lutou, que no pós-fordismo vê-se controlada e sofre, traz “a resistência em seu interior” (Negri, 2008, p.94). Por isso “é lá (...) que o desejo pode começar a exprimir-se. E é lá ainda que talvez possamos ver o contra-Império começar a tomar forma” (Negri, 2008, p.131).

* * *

Retornemos àquela revisão, proposta em Império, da tese de Deleuze e Guattari segundo a qual o problema maior da filosofia política seria saber por que os homens lutam por sua servidão como se combatessem por sua liberdade. Hoje, diferentemente, vão argumentar Hardt e Negri (2005a, p.231), “hoje a primeira questão de filosofia política não é se ou mesmo por que existem resistência e rebelião, mas sim como determinar o inimigo contra o qual se rebelar”. Uma vez

que a luta encontra condição de possibilidade numa liberdade irreduzível, numa resistência natural, o problema claramente passa a ser outro – ainda que não mais simples, visto que já não há um fora do capitalismo para tomar como ponto de referência e o sistema exerce seu controle mediante um biopoder ubíquo que se expressa sobre e em toda a vida. “Sofremos a exploração, a alienação e o comando, como sofremos nossos inimigos, mas não sabemos localizar onde se produz a opressão. E apesar disso ainda resistimos e lutamos” (Hardt e Negri, 2005a, p.231). Lutamos, porém, contra o quê e contra quem? É bem difícil, talvez seja mesmo impossível determinar com exatidão qual seja hoje o inimigo. Mas tampouco é sobre esse aspecto que deve recair o acento. O que de fato interessa é uma consequência, deveras curiosa, para a qual os autores chamam a atenção: “com frequência a incapacidade de identificar o inimigo é o que conduz a vontade à resistência nesses círculos paradoxais” (Hardt e Negri, 2005a, p.231; trad. modificada). Dado imprescindível para guardar-nos de conceber aquela “consciência” há pouco mencionada à guisa de um saber particular que pudesse vir despertar-nos em meio ao domínio capitalista ou então uma consciência de classe tradicional. O que se afirma “conduzir a vontade à resistência”, portanto movimentá-la para algo novo, é

O FILÓSOFO E AS LUTAS

menos um saber que uma ignorância; uma ignorância particular (acerca da causa do sofrimento, de que não obstante se tem consciência) que gera um sentimento também particular: ignoro o inimigo, e é por isso mesmo que genericamente sou levado a sentir isso que me faz sofrer (e que ignoro) como inimigo. Eis a abertura de uma possibilidade de mudança, precisamente no momento em que uma vivência específica do sofrimento, atravessada pela ignorância, permite-me vislumbrar uma condição diferente, de não sofrimento. Sentir-se oprimido e não saber por quem; sofrer sem conhecer a causa eficiente do sofrimento. A situação tem consequências graves quando o indivíduo volta-se contra si, acreditando ser ele próprio o culpado por tal estado de coisas (incapacidade no mercado de trabalho, desleixo, má formação, etc.).⁷ O mesmo sofrimento, entretanto, é capaz de dar lugar a um efeito “produtivo”, uma espécie de consciência que, confrontada à ignorância sobre o inimigo, gera (como seu produto) o movimento que, reiteremos, Hardt e Negri identificam como aquele que pode “levar a vontade à resistência”. A vontade é mobilizada e a resistência para que ela se mobiliza é generalizada, uma vez que, “se já não existe um lugar que possa ser reconhecido como fora, precisamos ser contra em toda parte” (Hardt e Negri, 2005a, p.231).

A vivência do sofrimento, particularmente na precariedade, pode produzir uma resistência, um “ser contra” dirigido para todos os lados. Algo importante para a confrontação com o Império ubíquo e sua soberania sem lugar, e que desencadeia um processo que se pode denominar a “politização da existência” (Negri, 2008, p.143); o que por sua vez entronca com a figura do militante invocada ao final de Império, “o agente de produção biopolítica e de resistência” (Negri e Hardt, 2005a, p.435). Politizar a existência é tomar uma “decisão militante” (Negri, 2008, p.196), pôr a vida em contradição ou antagonismo com o sistema que a domina e, sobretudo, a faz sofrer.

O ponto crucial, pois, é concebermos a possibilidade de o desconhecimento de um inimigo preciso reverter-se em generalização da rebelião – o que envolve uma percepção dos meandros do novo tipo de poder em jogo (biopoder), não a partir de um saber teórico ou coisa que o valha, porém da consciência do sofrer (e portanto de ser explorado) aliada à ignorância da causa exata desse sofrimento. Uma forma paradoxal – Hardt e Negri o admitem – mas quiçá eficaz de ver o inimigo em toda parte; logo, clara noção do controle ubíquo e da configuração de um Império que não possui fora; com isso ainda, o que é de

O FILÓSOFO E AS LUTAS

suma importância, percepção de que a luta contra ele deve ser global.

* * *

Como lutar, especialmente se se quer vencer? Sob quais formas e com quais objetivos (dois aspectos que conhecem determinação recíproca) a luta pode ou deve apresentar-se hoje? São questões primordiais. Sobretudo porque, aos olhos de Negri, apenas as lutas são capazes de funcionar como dispositivos constituintes capazes de desdobrar a potência dos sujeitos e promover a passagem daquele sofrimento produtivo mas negativo ao momento positivo da construção, o trânsito da consciência do sofrer à consciência da própria força, ocasionando assim um processo constituinte, a “produção consciente do comum” (Negri, 2008, p.17). Ao problema nodal da constituição da multidão em sujeito político, que desponta insistentemente nas últimas páginas de *Império*,⁸ só a luta pode responder, na medida em que é um evento ou acontecimento capaz de produzir a recomposição da multidão, ou ainda, noutros termos, capaz de territorializar a multidão. Esta tem sua unidade pelo trabalho, em primeiro lugar por conta da exploração desse trabalho, mas encontra-se temporal e espacialmente dispersa; só o evento da luta pode fazer convergir para

um ponto preciso, no tempo e no espaço, essa unidade dispersa. Como o foco da lupa com relação à luz solar, uma luta pode concentrar as forças da produção do comum e dar lugar a uma “potência territorializada” (Negri, 2008, p.36).

Que tipos de lutas podem desempenhar essa função? Os inúmeros textos de intervenção e análise conjuntural de Negri podem ser lidos como peças de uma ampla pesquisa sobre as formas e objetivos das lutas contemporâneas. Assim lendo-os, de fato, não deixamos de descobrir algumas indicações sobre o que se poderia tomar como critérios de uma luta eficaz, isto é, que possa exercer um papel de dispositivo constituinte. Não, convém observar, critérios que o teórico proporia aos movimentos; antes, dados que o pesquisador recolhe e pelos quais se deixa orientar em seu trabalho teórico. Nesse sentido, cumpre destacar duas das questões com que as lutas hodiernas mais frequentemente têm de lidar: primeiramente, seu aspecto metropolitano; segundo, a problemática da comunicação entre o local e o global.

A metrópole, insiste sempre Negri, é o território por excelência da multidão, e portanto o espaço privilegiado de suas manifestações contenciosas. É no interior da vida metropolitana que se deve iniciar a subversão do estado de coisas dado; se a cidade é organizada pelo capital, e para o

O FILÓSOFO E AS LUTAS

capital, comecemos a quebrar essa organização preparando os passos para outra, uma organização multitudinária da vida social. Tal movimento pode dar seus primeiros passos pela generalização da prática de uma “desobediência ativa” (Negri, 2008, p.38) ou, mais especificamente falando, por aquilo que Negri nomeia “greve social”: uma vez que toda a sociedade é posta a trabalhar e a produção se dá em nível social, é só socialmente que se pode brechar a produção capitalista. Trata-se de uma forma novíssima de contrapor-se ao sistema, ainda ignorada em todo o seu alcance (“como ela age no tempo e no espaço, ainda não o sabemos”, afirma Negri, 2008, p.76), mas insistentemente referida como tendo seu modelo maior, talvez mesmo sua certidão de nascimento, nas greves francesas de 1995.⁹ De início uma disputa por questões trabalhistas, o movimento logo toma a forma de “uma mobilização que envolve diretamente, de modo participante e solidário, toda a população metropolitana parisiense” (Negri, 2006a, p.28).

A partir dessa avaliação já podemos identificar mais uma exigência para as novas lutas, a saber, a sua capacidade de alçar-se do aspecto local ao nível global, revelando um potencial de comunicar-se que se põe, nos dias que correm, como um dos maiores desafios aos novos

movimentos; pois que, paradoxalmente, “em nossa celebrada era da comunicação, as lutas se tornaram quase incomunicáveis” (Hardt e Negri, 2005a, p.73). Ao passo que noutras épocas as lutas eram traduzíveis entre si e podiam alastrar-se em grandes ciclos, pois um movimento extensivo, horizontal que implicava desfazer-se de suas singularidades, hoje, em razão da constituição mesma do Império, parece que é só por uma intensificação das próprias singularidades, e portanto uma expansão vertical, que se pode fazer frente ao poder sistêmico. É “por intermédio de condições locais firmemente arraigadas” que uma luta “salta imediatamente para o nível global e ataca a constituição imperial em sua generalidade” (Hardt e Negri, 2005a, p.75). Sob tal aspecto, afora a greve francesa de 95, outro caso a merecer menção reiterada de Negri é o do movimento contra a construção de uma nova linha do TAV (trem de alta velocidade) no Val di Susa italiano,¹⁰ o qual estaria, segundo ele, em “continuidade profunda” com “as lutas da banlieue parisiense” (Negri, 2008, p.41; 2006a, 146). À primeira vista, nada mais local e restrito quanto a recusa de uma comunidade tradicional de ver em sua vizinhança uma grande obra, concebida e imposta pelos poderes centrais em nome do progresso. Entretanto, e é esse o ponto, precisamente pelo apego a uma situação local, singular é que tal comunidade logrou

O FILÓSOFO E AS LUTAS

um movimento que não somente se põe contra uma obra ferroviária como também demonstra a capacidade de ir além, tocando o cerne problemático das concepções de desenvolvimento (o que é? a quem serve?) e de democracia (quem decide? qual a legitimidade de certas decisões que passam sobre os mais diretamente atingidos por elas?).

O desafio geral, assim, é criar formas e objetivos de luta que possam, primeiro de tudo, exercer um papel territorializante. E novas formas e novos objetivos, enfatizemos. Um dos grandes distintivos do militante hodierno com relação ao do passado seria justamente o exercício contínuo da criatividade, de uma resistência criativa (Hardt e Negri, 2005a, p.437), entendida como a capacidade de forjar novas lutas, formas, objetivos, meios, em face das condições imperiais.

Mas quais, exatamente? Como se dará esse processo criativo? Queremos terminar invocando a principal dificuldade que daí se ergue, ou seja, o fato de não haver respostas precisas a tais interrogações, ao menos não provenientes do trabalho teórico. Buscamos consignar aqui e ali, nos textos negrianos, análises, casos, apostas que pudessem fornecer alguma materialidade ao panorama das lutas contemporâneas e suas possibilidades. Muitas coisas poderiam ainda ser aduzidas; em última instância,

contudo, é necessário reconhecer os limites da teoria, seja qual for ela, nesse respeitante. Ela pode muito, mas não pode tudo. Como admitem Hardt e Negri ao final de *Império*, tratando da insurreição, do problema da organização da multidão, a teoria não dispõe “de qualquer modelo a oferecer para esse evento”, uma vez que “só a multidão, pela experimentação prática, oferecerá os modelos e determinará quando e como o possível se torna real” (Hardt e Negri, 2005, p. 435). Trata-se de uma questão aberta, em suma. E é natural que assim seja. Desde sempre Negri limitou o alcance da teoria em tais assuntos; a sua eficácia está no reconhecimento e apreensão de uma tendência, não em sua produção e emolduramento à guisa de programa. Tal como ao início da década de 70 era o “partido de Mirafiori”, os operários no portão da FIAT ocupada, que requalificava a luta e dava novas diretrizes ao movimento (cf. Negri, 1974), hoje a emergência de uma “nova qualidade dos movimentos sociais” (Hardt e Negri, 2005a, p. 74) só pode provir das próprias lutas em sua nova configuração; o problema de organização só pode ser solucionado pela “experimentação”, pelas “práticas” (Negri, 2006a, p.76). Isso não quer dizer que a teoria e o ponto de vista filosófico, em particular, devam condenar-se ao silêncio cheio de esperança. Muito

O FILÓSOFO E AS LUTAS

pelo contrário, importantes tarefas lhes estão assinaladas, sobretudo a de apreender as possibilidades da luta política. Digamos que assim como antes, em face da nova tendência determinada pelo “partido de Mirafiori”, Negri apregoava a necessidade de abrir “uma pesquisa de massa” que desse conta de seus efeitos e da radicalização na classe operária (Negri, 1974, p.193), hoje temos a insistência do filósofo, servindo-se de uma fórmula que entronca com o trabalho levado a cabo pelos Quaderni rossi na década de 60,¹¹ na urgência de uma “con-ricerca militante” que justamente permita inovar em tal assunto, nas lutas (Negri, 2008, p.38). Para mim, afirma Negri (2006a, p.120), hoje “fazer pesquisa resta fundamental para qualquer tipo de ação política”.

Abstract

Based on the work of Antonio Negri, we propose some considerations about the role of current struggles and how the philosophical approach can renew their comprehension.

Key-words: Antonio Negri; struggles; theory and praxis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOUTANG, Y. M.; QUERRIEN, A. (2006). “La Lutte contre la précarité: un mouvement de fond”. *Multitudes*. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/La-Lutte-sur-la-precarite-un>
- CINGOLANI, P. (2005). *La precarité*. Paris: PUF.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (2010). *O Anti-Édipo*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34.
- DELLA PORTA, D.; PIAZZA, G. (2008). *Le ragioni del no: Le campagne contro la TAV in Val di Susa e il Ponte sullo Stretto*. Milão: Feltrinelli.
- HARDT, M.; NEGRI, A. (2005a). *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2005b). *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2009). *Commonwealth*. Cambridge, MA: Harvard U.P.
- KUHN, T. S. (2001). *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva.
- LENEVEU, C.; VAKALOULIS, M. (1998). *Faire mouvement: Novembre-décembre 1995*. Paris: PUF.
- MAQUIAVEL, N. (2007). *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, K. (1983). *O capital: Crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Col. Os

O FILÓSOFO E AS LUTAS

- economistas. São Paulo: Abril Cultural, vol. 1, tomo 1.
- NEGRI, A. (1974). “Articolazioni organizzative e organizzazione complessiva: il partito di Mirafiori”. In: BOLOGNA, S.; CARPIGNANO, P.; NEGRI, A. *Crisi e organizzazione operaia*. Milão: Feltrinelli.
- _____. (2003). *Cinco lições sobre Império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____. (2006a). *Goodbye Mr. Socialism*. Milão: Feltrinelli.
- _____. (2006b). *Movimenti nell’Impero: Passaggi e paesaggi*. Milão: Raffaello Cortina Editore.
- _____. (2008). *Dalla fabbrica alla metropoli: Saggi politici*. Roma: Datanews Editrici.
- PANZIERI, R. (1977). *La ripresa del marxismo leninismo in Italia*. Org. Dario Lanzardo. Roma: Nuove Edizioni Operaie.
- PEREIRA, L. (2010). *Depressão: mobilização e sofrimento social*. Tese de doutorado. Departamento de Filosofia, FFLCH-USP. Disponível em:
http://www.fflch.usp.br/df/site/posgraduacao/2010_doc/Tese_LucianoPereira.pdf
- SOUZA, J. (2010). *Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- TRONTI, M. (2006). *Operai e capitale*. Roma: Derive Approdi.
- TURCHETTO, M. (2001). “De ‘l’ouvrier masse’ à l’‘entrepreneurialité commune’: la trajectoire déconcertante de l’opéraïsme italien”. In: BIDET, J.; KOUVÉLAKIS, E. (org.). *Dictionnaire Marx contemporain*. Paris: PUF.

¹ Professor do Departamento de Filosofia da USP.
E-mail: Homero@usp.br

² Numa conferência de 1962, contra os que acusavam os operaristas de obreirismo, Raniero Panzieri (1976, p.76), um dos expoentes do grupo, argumentava assim: “É preciso ter um conceito não-empírico da fábrica, é preciso ter um conceito real de fábrica que é exatamente aquele que faz fugir dos perigos e das complicações do obreirismo (*operaismo*). Na realidade, obreiristas (*operaisti*) são aqueles que propõe de novo uma imagem empírica da fábrica e portanto veem as lutas operárias apenas como limitadas lutas obreiristas (*operaistiche*), limitadas lutas de fábrica”. Os resultados da novidade metódica aí aflorada com a exigência de um conceito não-empírico de fábrica podem ser colhidos em toda sua amplitude no ensaio “Lênin na Inglaterra” de Mario Tronti, 2006. Para uma apresentação geral do operarismo, ver Turchetto, 2001.

³ Sabe-se que um consenso, como o fatalista inicialmente invocado, pode ser forte o suficiente para determinar, se não o próprio campo do visível, ao menos aquilo que nesse campo merece ou deve ser visto ou considerado relevante. A observação, em todos os sentidos, não é uma ação isenta de tomadas de posição, muitas vezes inconscientes. Impossível não recordar aqui uma curiosidade há tempos salientada por Thomas Kuhn (2001, p.151): os chineses, não comprometidos com concepções cosmológicas que excluía mudanças celestes, foram capazes de observar, a olho nu, o aparecimento de estrelas e manchas solares que eram inteiramente invisíveis a europeus aferrados ao sistema ptolomaico.

⁴ Fundamentalmente os textos presentes em Negri, 2006a, 2006b, 2008.

⁵ Para uma síntese, ver Patrick Cingolani, 2005; para uma demonstração de como a precariedade

desborda do trabalho para a vida, produzindo uma subjetividade específica, ver especialmente o cap. 1 (“A formalidade precária: os batalhadores do telemarketing”) de Jessé Souza, 2010; por fim, para a articulação entre precariedade e novos movimentos de luta, ver Yann Moulier Boutang e Anne Querrien, 2006.

⁶ Cf. Negri, 2008, p.130, e também 2006a, p.90: “ter ido para fora da fábrica não é fruto de uma derrota mas de uma vitória dos trabalhadores”.

⁷ O fascismo, segundo Negri (2008, p. 16), é o voltar-se contra si da multidão. Correlatamente, pensamos, pode haver um voltar-se contra si do trabalhador que redundava frequentemente em processos depressivos de maior ou menor intensidade mas sempre com consequências terríveis para a sua vida. Quanto ao vínculo fundamental entre o que se convencionou nomear a “epidemia” da depressão e a reprodução material da sociedade, em geral, e o mundo do trabalho, em particular, ver Luciano Pereira, 2010.

⁸ Cf. Hardt e Negri, 2005a: “Precisamos investigar especificamente como a multidão pode tornar-se sujeito político no contexto do Império” (p.418); “o problema de tornar-se sujeito da multidão” (p.431); a tarefa de “captar a multidão como subjetividade singular” (p.432).

⁹ Sobre o 95 francês, ver em geral Claude Leneveu e Michel Vakaloulis, 1998.

¹⁰ Sobre o movimento No-TAV, ver em geral Donatella Della Porta e Gianni Piazza, 2008.

¹¹ Os *Quaderni rossi* começam a ser publicados em 1961 e em seu entorno reúne o grupo de intelectuais e militantes que, tempos depois, passará a ser denominado genericamente de operarista; cf. Turchetto, 2001.